

PT pede inelegibilidade de FH

ANDRÉ LACERDA E
GEORGE ALONSO

BRASÍLIA E SÃO PAULO – O PT pediu ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que declare inelegíveis o presidente Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição, e cinco ministros de Estado por causa de liberação irregular de verbas. Em seis diferentes representações, o partido acusa os ministérios da Saúde, da Educação, do Planejamento, da Agricultura e do Meio Ambiente de terem repassado, irregularmente, cerca de R\$ 24 milhões para estados e municípios em setembro. A legislação eleitoral proíbe transferência de recursos nos três meses anteriores à votação, com exceção dos destinados a obras emergenciais. Ocupantes de cargos públicos declarados inelegíveis não podem disputar eleições por três anos.

Levantamento feito pelo PT no Sistema de Acompanhamento Financeiro da União (Siafi) mostra cinco liberações de recursos irregulares documentadas. Somam R\$ 300 mil. Nas representações, os advogados indicam o valor de cada convênio, o município de destino, a data de crédito e a conta corrente onde foi depositado o recurso. Sobre outras 243 liberações, feitas em setembro, pairam suspeitas de irregularidades, de acordo com o PT.

O PT quer tornar inelegíveis, além de Fernando Henrique, o ministro da Saúde, José Serra; da Educação, Paulo Renato Souza; do Planejamento, Paulo Paiva; da Agricultura, Francisco Turra; e do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Os advogados solicitam a imediata suspensão da liberação de verbas e da celebração dos convênios. Também pela lei eleitoral, recursos da União só podem ser transferidos para estados e municípios em caso de cumprimento de obrigações preexistentes de obras e serviços em andamento, com cronograma prefixado.

O PT quer que a Justiça Eleitoral cobre multa de R\$ 96,1 mil – valor máximo previsto na legislação – de cada um dos acusados e determine a abertura de investigação judicial por uso indevido e desvio de poder de autoridade por parte do presidente e dos cinco ministros.

As cinco operações irregulares documentadas pelos advogados do PT envolvem a liberação, pelo Ministério do Meio Ambiente, de R\$ 90

mil para o município de Choro (CE) e de R\$ 70 mil para Areia de Baraúna (PB); de R\$ 35 mil, pelo Ministério da Agricultura, para o município de Leblon Regis (SC); e de R\$ 40 mil para o Estado da Bahia pelo Ministério do Planejamento. O Ministério da Saúde destinou R\$ 15 mil ao município de São Sebastião (AL), enquanto o Ministério da Educação liberou outros R\$ 50 mil para Bacurituba, no Maranhão.

A coligação União do Povo Muda Brasil (PT-PDT-PSB-PCB-PC do B) também protocolou no TSE representação em que pede o afastamento, “com a máxima urgência”, do ministro Ilmar Galvão da presidência do tribunal. A oposição sustenta que a declaração de Galvão considerando “indispensável” a reeleição do presidente Fernando Henrique evidencia “a parcialidade partidária” do presidente do TSE. À noite, o TSE negou a representação.

A dois dias do pleito, o candidato da frente de esquerdas na corrida presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deu mais um sinal de que considera difícil chegar a um 2º turno. “Vejo um futuro sombrio para o país”, disse ontem à tarde, em São Paulo, o líder oposicionista, dando a entender que está preparado para aceitar um insucesso já no domingo. “O grande problema é que o governo FH sabe que está na dependência do Fundo Monetário Internacional.”

Lula deu entrevista usando os tempos verbais sempre no passado, em tom aparentemente conformista. “Fizemos tudo o que tínhamos que fazer. Estou tranquilo. Ousamos falar da crise. Apresentamos propostas que deveriam ter sido apresentadas pelo presidente.”

Também ontem, o presidente do PT, José Dirceu, enviou carta à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pedindo que a entidade ajude na fiscalização do 1º turno das eleições presidenciais. Na carta, Dirceu diz que o pleito está sendo marcado por abusos. “Fizemos isso para não ter que pedir que a eleição tenha observadores internacionais”, declarou Dirceu, que prefere privilegiar uma entidade nacional. Em resposta, a Comissão de Defesa da Ética na Política da OAB informou que irá “acompanhar atentamente o desenrolar do 1º turno das eleições gerais de domingo”.